

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1. FENOMENOLOGIA DO APROVEITAMENTO DA LEI VELHA NA (RE)CRIAÇÃO DA LEI NOVA: UM PARADOXO JUSPOSITIVISTA?</b> .....	27
1.1 Da fragmentação à unidade racional do direito .....	27
1.2 Origens do constitucionalismo moderno: monopolização do centro de produção normativa – a primazia da lei .....	32
1.3 Novação legislativa: alternativa eficaz de complementação da fonte legislativa .....	36
<b>2. NOVAÇÃO LEGISLATIVA COMO FONTE DE DIREITO NO SISTEMA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL</b> .....	43
2.1 Ciência do Direito como sistema .....	43
2.2 Novação e sistema jurídico (de direito positivo) .....	48
2.2.1 Pluralismo jurídico: sucessão de ordenamentos jurídicos ...	52
2.2.2 Unidade do ordenamento jurídico .....	57
2.2.3 Princípio da continuidade legislativa .....	59
2.2.4 Coerência do ordenamento jurídico .....	63
2.2.5 Paradigma de novação: a Constituição .....	66
2.2.6 Objeto de novação: lei, texto-da-norma e norma .....	75
2.3 Novação como fonte de direito .....	80
<b>3. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DA LEI PRÉ-CONSTITUCIONAL</b> .....	89
3.1 Lei pré-constitucional como ato jurídico .....	89
3.2 Plano de existência da lei pré-constitucional .....	91

3.3	Plano de validade das leis pré-constitucionais e seus requisitos .	95
3.4	Relações intrassistemática e intersistemática de compatibilidade .	99
3.5	Lei pré-constitucional e seus fatores de eficácia .....	108
<b>4.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO VÍCIO DA NÃO-NOVAÇÃO: TESES</b>	<b>117</b>
4.1	Natureza do vício da não-novação e sanção .....	117
4.2	Teses defendidas e análise crítica .....	118
4.2.1	Tese da “inconstitucionalidade superveniente” .....	118
4.2.2	Tese da “revogação simples” .....	122
4.2.3	Tese da “revogação qualificada” .....	127
4.2.4	Tese da “opção político-constitucional” .....	129
4.2.5	Tese da “inexistência” .....	131
<b>5.</b>	<b>EXTENSÃO DO PROBLEMA DA NÃO-NOVAÇÃO: OUTROS ASPECTOS</b>	<b>135</b>
5.1	Princípio da presunção de constitucionalidade da lei .....	135
5.2	Interpretação conforme a Constituição e novação .....	140
5.3	Normas pré-constitucionais inválidas em relação à Constituição pretérita .....	143
5.4	Normas pré-constitucionais formalmente incompatíveis com a Constituição vigente .....	150
5.5	Federalização, estadualização e municipalização de leis pré-constitucionais .....	153
5.6	Normas constitucionais de princípio programático como parâmetro de novação .....	156
5.7	Incompatibilidade mediata ou indireta da lei pré-constitucional com a Constituição superveniente .....	160
<b>6.</b>	<b>NOVAÇÃO LEGISLATIVA NO CONTEXTO DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL</b>	<b>165</b>
6.1	Mutação constitucional: lei pré-constitucional diante da Constituição mutada .....	165
6.2	Mutação constitucional formal e seus limites .....	169
6.3	Interpretação evolutiva da Constituição .....	172
6.4	Ação da mutação constitucional formal e informal sobre a lei pré-constitucional novada: incompatibilidade constitucional superveniente .....	175
6.5	Ação da mutação constitucional formal e informal sobre a lei pré-constitucional não novada .....	180

<b>7. NOVAÇÃO LEGISLATIVA NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: PAUTA IRRECUSÁVEL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL OBJETIVO</b> .....	185
7.1 Breves considerações históricas do controle de novação legislativa na jurisdição constitucional brasileira .....	185
7.2 O Supremo Tribunal Federal e sua função estruturante .....	193
7.3 Lei pré-constitucional: pauta irrecusável do processo constitucional objetivo .....	200
<b>8. CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS PRÉ-CONSTITUCIONAIS NO BRASIL</b> .....	213
8.1 Considerações iniciais .....	213
8.2 Interconexão normativa entre a lei pré-constitucional e a Constituição de 1988: configurações sintáticas possíveis .....	215
8.3 Controle concreto de novação na Constituição de 1988 .....	215
8.3.1 Controle concreto: imprescindível via de acesso à jurisdição constitucional .....	215
8.3.2 Recurso extraordinário e as inovações a partir da EC. n. 45/2004 .....	217
8.3.3 Recurso extraordinário: via difusa de controle do direito pré-constitucional no Supremo Tribunal Federal .....	220
8.3.4 <i>Quorum</i> para declaração de incompatibilidade .....	225
8.3.5 Papel do Senado Federal na complementação dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em controle do direito pré-constitucional .....	228
8.3.6 Modulação de efeitos na decisão de não-novação legislativa em recurso extraordinário .....	232
8.4 Controle jurisdicional abstrato de novação na Constituição de 1988 .....	235
8.4.1 Direito processual constitucional: noção, função e princípios do processo constitucional objetivo .....	236
8.4.2 Ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	242
8.4.2.1 Admissão da ação direta de inconstitucionalidade no controle de lei ou ato normativo pré-constitucional novado com incompatibilidade superveniente .....	244
8.4.2.2 Ação direta de inconstitucionalidade no controle do vício de não-novação .....	247
8.4.3 Ação declaratória de constitucionalidade: instrumento de controle da lei pré-constitucional novada .....	252

8.4.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	259
8.4.5 Controle abstrato de constitucionalidade do direito pré-constitucional e a “crise do Supremo” .....	264
<b>CONCLUSÃO</b> .....	271
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	275